

**“REFERÊNCIA E DESCRIÇÕES DEFINIDAS” DE KEITH DONNELLAN:
INTRODUÇÃO AO TEXTO E TRADUÇÃO**

**["REFERENCE AND DEFINITE DESCRIPTIONS" BY KEITH DONNELLAN:
INTRODUCTION TO TEXT AND TRANSLATION]**

Fernando Raul Neto¹
Jeferson Santos

Resumo: O objetivo deste artigo, como expresso em seu título, é a tradução de “Reference and Definite Descriptions” (1966) de Keith Donnellan (1931-2015). A tradução é precedida por uma introdução ao texto. Nela os autores trazem uma contextualização do artigo e um resumo de cada uma das suas nove partes. O artigo de Donnellan, “On Denoting” (1905) de Bertrand Russell e “On Referring” (1950) de P. F. Strawson serão alvos das críticas de Saul Kripke em seu livro “Naming and Necessity” (1972). Há traduções disponíveis em língua portuguesa dos artigos de Russell, Strawson e do livro de Kripke. Não havia ainda do artigo de Donnellan. A tradução aqui apresentada pretende preencher essa lacuna, ainda mais quando se sabe que o “Reference and Definite Descriptions” é texto obrigatório das disciplinas de filosofia da linguagem das universidades brasileiras.

Palavras-Chaves: Keith Donnellan, Tradução, Linguagem

96

Abstract: The purpose of the article, as expressed in its title, is the translation of "Reference and Definite Descriptions" (1966) by Keith Donnellan (1931-2015). The translation is preceded by an introduction to the text. In it the authors bring a contextualization of the article and a summary of each one of its nine parts. Donnellan's article, "On Denoting" (1905) by Bertrand Russell and "On Referring" (1950) by P. F. Strawson are targets of Saul Kripke's criticism in his book "Naming and Necessity" (1972). There are translations available in Portuguese from the articles by Russell, Strawson and Kripke's book. There is still no translation from Donnellan article. The translation here is intended to fill this gap, especially when it is known that the "Reference and Definite Descriptions" is mandatory text of the disciplines of language philosophy of Brazilian universities.

Key-Words: Keith Donnellan, Translation, Language.

Introdução

Keith Sedgwick Donnellan (1931-2015) foi um filósofo analítico norte americano e professor emérito do Departamento de Filosofia da Universidade da Califórnia (UCLA). Dentre suas principais áreas de interesses na filosofia, destaca-se a filosofia da linguagem, mais especificamente em tópicos relacionados às teorias de

¹ NT. Fernando Raul Neto é professor do Departamento de Filosofia da UFPE e Jeferson Santos é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPE.

referência. Muito do seu trabalho filosófico pode ser visto como uma tentativa de refutar uma resposta clássica (e posteriormente prover uma resposta alternativa) à questão: qual o mecanismo, se existe algum, que determina a referência de descrições definidas e de nomes próprios?² Foi em torno de temas como esse que Donnellan desenvolveu suas principais ideias e fez assim importantes contribuições à filosofia analítica da linguagem.

Ao longo de sua vasta trajetória filosófica, um trabalho em especial merece maior atenção, o “Referência e descrições definidas” (“Reference and Definite Descriptions”). Com pouca margem para erros, ele é o artigo mais influente e mais discutido de Donnellan. Tornou-se um clássico da filosofia analítica da linguagem e, desde sua publicação original em 1966, foi reimpresso em diversas coletâneas e compêndios de filosofia. A partir de exemplos extremamente criativos, Donnellan apresenta inovadoras teses acerca das descrições definidas; no entanto, elas vão na contramão das principais, mais influentes e mais consolidadas teorias da época. A originalidade das teses de Donnellan e a ousadia em desafiar as teorias vigentes chamou rapidamente a atenção da comunidade filosófica para seu trabalho, fazendo com que seu artigo tenha se tornado muito influente e, na mesma medida, muito criticado.

“Referência e descrições definidas” é considerado até hoje um marco fundamental no debate acerca das descrições definidas. Desde sua publicação uma vasta literatura se formou provocada pelo artigo. Tornou-se fonte de inúmeras pesquisas acadêmicas, artigos e livros em todo o mundo. É fonte indispensável para todo pesquisador ou entusiasta da filosofia da linguagem. É leitura obrigatória para todo estudante de filosofia.

Donnellan divide seu texto em nove seções numeradas com algarismos romanos. Na seção I, pp. 281-284, ele expõe sua tese principal, a saber, a de que as descrições definidas (DDs) possuem duas funções, isto é, elas podem funcionar de maneiras diferentes em uma mesma sentença dependendo do contexto em que são utilizadas. As principais teorias sobre DDs, as de Russell e Strawson, por não reconhecerem essa duplicidade são acusadas por Donnellan de tratarem o problema apenas de forma parcial. Em seguida o autor apresenta dois pressupostos compartilhados pelas teorias de Russell e Strawson que serão alvos de críticas nas partes subsequentes do texto. O

² Ver Donnellan, K. *Essays on Reference, Language, and Mind*. (2012) Editado por Joseph Almog e Paolo Leonardi. OUP, New York. p. xiii.

primeiro pressuposto é a possibilidade de descobrir a função de uma DD independentemente do contexto particular de uso. O segundo, é o de que quando se utiliza uma DD vazia - isto é, sem referente, como “O atual rei da França” -, o valor de verdade da sentença em que a descrição ocorre ser afetado. De acordo com Russell a sentença “O atual rei da França é careca” é falsa; conforme Strawson a sentença não possui valor de verdade. Segundo Donnellan, os dois pressupostos estão equivocados e ele apresentará suas razões ao longo do texto.

Na seção II, pp. 284-285, a mais curta do texto Donnellan examina um uso bastante específico das DDs, a saber, aquele em que não há nenhum tipo de pressuposição ou implicação de que algo ou alguém satisfaça a DD usada. O exemplo dado por Donnellan é o da sentença “O atual rei da França não existe” quando dita por alguém que tenta corrigir a impressão equivocada de uma outra pessoa que acredita que De Gaulle é o rei da França. O falante que utiliza a DD “O atual rei da França” não pressupõe a existência de alguém que satisfaça a descrição; pelo contrário, ele sabe que não existe ninguém que a satisfaça. Sendo assim, não houve, portanto, nenhuma tentativa da pessoa de se referir a alguém pelo uso da DD. Uma vez que esse tipo de utilização das DDs não apresenta nenhum indício de um uso referencial, nem qualquer pressuposto ou implicação de que alguma coisa satisfaz a descrição, ele é deixado de fora do escopo de análise de Donnellan.

A seção III, pp. 285-289, é o miolo propositivo da tese. Ele define os dois usos das DDs que ele tem em mente, o *atributivo* e o *referencial*. *Grosso modo*, uma DD é usada atributivamente quando um falante “...declara algo sobre quem quer que seja ou o que quer que seja é isto e aquilo”. (Donnellan, p. 285) O ponto-chave do uso atributivo é que a coisa ou pessoa denotada pela DD o é exclusivamente pelo fato de possuir unicamente os atributos contidos na descrição. Esse é o uso mais comum das DDs e talvez por isso Donnellan o chame também de “uso essencial”.

Por outro lado, uma DD é usada referencialmente quando um falante pretende apenas possibilitar que sua audiência identifique a pessoa ou coisa a quem ou a que ele pretende se referir. Como o intuito da DD é apenas chamar a atenção para algo ou alguém em particular não é necessário que esse algo ou alguém possua unicamente as propriedades contidas na descrição para que a referência seja bem-sucedida.

Donnellan percebe que esses dois possíveis usos de uma DD ocorrem não apenas em asserções, mas também em perguntas ou ordens que contenham DDs. Para ilustrar essas distinções mais profundamente ele apresenta três exemplos que se tornaram famosos na literatura filosófica, são eles: “O assassino de Smith é insano”, “Quem é o homem bebendo martíni?” e “Traga-me o livro sobre a mesa”.

Na seção IV, pp. 289-291, Donnellan argumenta contra um possível entendimento de que a diferença por ele apontada entre os usos atributivo e referencial de uma DD repousaria nas “crenças do falante”. De acordo com esse ponto de vista o uso atributivo das DDs seria resumido a casos em que o falante não possui a crença de que algo ou alguém especificamente possua as propriedades contidas na descrição e o uso referencial das DDs seriam resumidos a casos em que o falante tem a crença de que algo ou alguém específico satisfaz a descrição. Para mostrar que esse não é o caso, Donnellan apresenta dois exemplos. Ele retoma o exemplo “O assassino de Smith é insano” e traz uma sentença nova a ser analisada: “O Rei está em seu contadoria?”. O objetivo de Donnellan com os exemplos é mostrar que “...é possível que uma DD seja usada atributivamente, mesmo que o falante (e sua audiência) acredite que uma determinada pessoa ou coisa satisfaça a descrição. E é possível que uma DD seja usada referencialmente onde o falante acredita que nada satisfaça a descrição”. (Donnellan, p. 290)

Na seção V, pp. 291-292, o autor examina uma questão que anuncia de saída no primeiro parágrafo (p. 291): “Tanto o uso atributivo quanto o referencial de descrições definidas parecem embutir o pressuposto ou implicação de que há algo que satisfaz a descrição. Mas as razões para a existência do pressuposto ou implicação são diferentes nos dois casos”. (Donnellan, p. 291) De acordo com Donnellan, no primeiro caso as razões para se acreditar na existência do pressuposto de que algo ou alguém satisfaz a descrição são justificadas pelo fato de que se não fosse esse o caso, então o propósito linguístico do ato de fala seria frustrado. Asserir atributivamente que “O assassino de Smith é insano”, quando de fato Smith não possui assassino, ordenar atributivamente “Traga-me o livro sobre a mesa”, quando de fato não há nenhum livro sobre a mesa ou perguntar atributivamente “Quem é o homem bebendo martíni?”, quando de fato não há ninguém bebendo martíni, são respectivamente, uma asserção falsa, uma ordem que não pode ser obedecida e uma pergunta que não pode ser respondida.

No segundo caso, no uso referencial, justificam-se as razões para se acreditar na existência de pressuposto ou implicação pelo simples fato de que, quando um falante usa uma DD referencialmente, ele tenta descrever algo ou alguém em particular da forma mais correta possível, visto que essa é a melhor forma de possibilitar a sua audiência a identificar o objeto ou pessoa a que ou a quem ele pretende se referir.

Na seção VI, pp. 292-297, Donnellan desfere seu ataque mais sério às teorias de Russell e Strawson acerca das DDs. Segundo ele o resultado por ele obtido na seção V mostraria “algo errado” com as duas teorias. A de Russell é acusada de apenas reconhecer o uso atributivo das DDs, mas negligenciando completamente o uso referencial e, por consequência, a distinção entre referir-se e denotar.

Por sua vez, a teoria de Strawson é acusada de não fazer a distinção entre os usos atributivo e referencial e, por consequência, acaba misturando elementos de cada um dos usos em explicação única. A conclusão de Donnellan é que tanto a teoria de Russell quanto a de Strawson não representam corretamente o uso das DDs.

Na seção VII, pp. 297-298, Donnellan pretende justificar o duplo aspecto das DDs. Contrariando Russell e Strawson, ele não acredita que seja possível determinar, independentemente de uma ocasião particular em que uma DD é usada, se a descrição está sendo usada atributiva ou referencialmente. Também rejeita a ideia de que a duplicidade de funções das DDs possa ser explicada, apelando a ambiguidades semânticas ou sintáticas das sentenças em que a descrição ocorre. Suas intuições o levam, portanto, a sustentar a ideia de que a duplicidade de funções das DDs é desempenhada pelas intenções do falante que a utiliza em um caso particular. Para ele é necessário, portanto, um cenário pragmático para explicar corretamente o duplo aspecto das descrições.

Na seção VIII, pp. 298-302, o alvo das críticas de Donnellan é o segundo pressuposto compartilhado pelas teorias de Russell e Strawson. Russell defenderia a tese de que quando uma DD não possuísse referente, então o valor de verdade da sentença que a contem seria sempre falso. Por outro lado, Strawson defende que a sentença não possui valor de verdade. De acordo com Donnellan, ambos estão errados quando a DD é vazia e usada referencialmente. Uma vez que o objetivo primordial desse tipo de uso é o de chamar a atenção da audiência para algo ou alguém em particular, ainda que a descrição utilizada para essa finalidade esteja equivocada e não

satisfaça a ninguém, ainda assim algo de verdadeiro pode ser dito da pessoa a quem o falante pretendeu se referir. O exemplo dado por Donnellan para ilustrar essa possibilidade é o a sentença “Seu marido é gentil com ela”.

Na seção IX, pp. 302-304, a última do artigo, Donnellan duas comparações entre sua teoria e a de Russell. A primeira é o exame do que seria uma expressão referencial genuína segundo a visão de Russell. Ele percebe que muitas das coisas ditas por Russell acerca dos “nomes próprios genuínos” (ou nomes próprios em sentido lógico) podem também ser ditas acerca do uso referencial das DDs. A principal característica que ambos compartilham é que eles se referem a algo ou alguém sem lhe atribuir quaisquer propriedades, isto é, eles referem-se sem descrever qualquer característica do referente. Utilizando uma terminologia mais atual, poder-se-ia dizer que se referem “diretamente” a seus referentes.

A segunda comparação diz respeito ao elemento de generalidade que é introduzido ao utilizar uma DD. De acordo com a análise lógica das DDs, proposta por Russell, toda sentença que contenha uma DD expressa na realidade uma proposição geral. Uma sentença do tipo “ x é S ”, em que “ x ” ocupa o lugar de uma DD e “ S ” representa uma propriedade qualquer, deveria ser parafraseada, segundo Russell, da seguinte maneira: (1) existe no máximo um x ; (2) existe no mínimo um x ; (3) qualquer que seja esse x , ele é S . Esse elemento de generalidade está presente apenas no uso atributivo das descrições definidas tal como Donnellan apresentou, mas completamente ausente no uso referencial.

REFERÊNCIA E DESCRIÇÕES DEFINIDAS³

I

As descrições definidas, argumentarei, têm duas possíveis funções. Elas são usadas para se referir àquilo sobre o qual um falante deseja falar, mas também são usadas de forma bastante diferente. Além disso, uma descrição definida ocorrendo em uma e mesma sentença pode, em diferentes ocasiões de seu uso, funcionar de ambas as maneiras. A falha em lidar com essa duplicidade de funções obscurece o uso referencial genuíno das descrições definidas. As teorias mais conhecidas sobre descrições definidas, as de Russell e Strawson, sugerirei, são ambas culpadas disso. Antes de discutir essa distinção, mencionarei algumas características dessas teorias para as quais ela é especialmente relevante.

Na visão de Russell uma descrição definida pode denotar uma entidade: “se ‘C’ é uma frase denotativa [como as descrições definidas são, por definição], pode acontecer de existir uma entidade x (não pode existir mais que uma) para a qual a proposição ‘ x é idêntico a C’ é verdadeira ... Podemos então dizer que a entidade x é a denotação da frase ‘C’.”⁴ 102

Utilizando uma descrição definida, um falante pode usar então uma expressão que denota alguma entidade, mas essa é a única relação entre aquela entidade e o uso de uma descrição definida reconhecida por Russell. Argumentarei, entretanto, que existem dois usos das descrições definidas. A definição de denotação dada por Russell é aplicada a ambos, mas em um deles a descrição definida serve para fazer algo mais. Direi que nesse uso o falante usa a descrição definida para *se referir* a algo, e chamarei esse uso de “uso referencial” de uma descrição definida. Assim, se estou certo, referir-se não é o mesmo que denotar, e o uso referencial das descrições definidas não é reconhecido por Russell.

Além disso, segundo Russell, o tipo de expressão que chega mais próximo de realizar a função do uso referencial das descrições definidas é, como se pode suspeitar, o nome próprio (em “sentido estritamente lógico”). Muitas das coisas ditas por Russell sobre os nomes próprios podem, penso eu, ser ditas sobre o uso referencial das descrições definidas

³ Gostaria de agradecer aos meus colegas John Canfield, Sydney Shoemaker e Timothy Smiley, que leram um esboço anterior e me deram sugestões úteis. Usufrui também dos comentários detalhados e valiosos do parecerista do artigo, a quem eu gostaria de expressar minha gratidão.

⁴ “On Denoting” reimpresso em *Logic and Knowledge*, ed. por Robert C. Marsh (Londres, 1956), p. 51.

sem forçar demasiado os sentidos. Assim, o fosso que Russell pensava ver entre nomes e descrições definidas é mais estreito do que ele poderia imaginar.

Strawson, por outro lado, certamente reconhece o uso referencial das definições definidas. Mas o que ele não percebeu, acho eu, é que uma descrição definida pode ter um papel muito diferente: pode ser usada não referencialmente, mesmo que ela ocorra em uma e mesma sentença. Strawson, é verdade, chama a atenção para usos não referenciais das descrições definidas,⁵ mas qual uso uma descrição definida possui parece ser para ele uma função do tipo da sentença em que ela ocorre; enquanto que, se estou certo, podem existir dois usos possíveis de uma descrição definida em uma e mesma sentença. Assim, em “On Referring”, diz ele, falando de expressões usadas para referir-se, “qualquer expressão de qualquer uma dessas classes [uma sendo a das descrições definidas] pode figurar como o sujeito do que seria tradicionalmente considerado uma sentença singular do tipo sujeito-predicado; e exemplificaria, dessa maneira, o uso que desejo discutir”.⁶ Assim, a descrição definida, digamos, na sentença “O candidato republicano à presidência em 1968 será um conservador” supostamente exemplifica o uso referencial. Mas, se estou certo, não podemos dizer isso dessa sentença independente de alguma ocasião particular em que ela fosse usada para enunciar algo; somente assim seria possível afirmar se a descrição definida tem um uso referencial ou não. 103

Strawson e Russell parecem compartilhar um pressuposto comum acerca de como as descrições definidas funcionam: que podemos perguntar como uma descrição definida funciona em alguma sentença independentemente de uma ocasião particular em que ela é usada. Esse pressuposto não é efetivamente rejeitado nos argumentos de Strawson contra Russell. Embora possa resumir sua posição dizendo que “‘Mencionar’ ou ‘referir-se’ não é algo que uma expressão faça, mas algo que alguém pode fazer ao utilizar a expressão”⁷, ele entende por isso negar a posição radical de que uma expressão referencial “genuína” *tenha* um referente, funcione para se referir, independente do contexto de uso da expressão. Dessa recusa, entretanto, não se segue que as descrições definidas não possam ser identificadas como expressões referenciais em uma sentença, a menos que a sentença esteja sendo usada. Assim como podemos falar da função de uma ferramenta que não está no momento executando a sua função, a perspectiva de Strawson, acredito, nos permite falar da função

⁵ “On Referring”, reimpresso em *Philosophy and Ordinary Language*, ed. por Charles C. Caton (Urbana, 1963), pp. 162-163.

⁶ *Ibid.*, p. 162.

⁷ *Ibid.*, p. 170.

referencial de uma descrição definida em uma sentença mesmo quando ela não está sendo usada. Isso, espero mostrar, é um erro.

Um segundo pressuposto compartilhado pelas perspectivas de Russell e de Strawson acerca das descrições definidas é o seguinte. Em muitas situações em que uma pessoa usa uma descrição definida, pode-se dizer (em algum sentido) que ela pressupõe ou implica que alguma coisa satisfaça a descrição.⁸ Se enuncio que o rei está em seu trono, pressuponho ou implico a existência de um rei. (De qualquer maneira, isso poderia ser uma coisa natural para se dizer a alguém que duvida da existência de um rei). Tanto Russell como Strawson assumem que, quando o pressuposto ou implicação é falsa, o valor verdade do que o falante diz é afetado. Para Russell o enunciado é falso; para Strawson, não possui valor verdade. Então, se existem duas utilizações das descrições definidas, pode ocorrer que o valor verdade seja afetado diferentemente em cada caso pela falsidade do pressuposto ou da implicação. Isso é o que, de fato, deverei argumentar. Isso vai revelar, eu acredito, que um ou outro dos dois pontos de vista, o de Russell ou o de Strawson, deve estar correto acerca do uso não referencial das descrições definidas, mas nenhum dos dois é adequado ao uso referencial. Isso não é surpreendente do ponto de vista de Russell, uma vez que ele não reconheceu essa utilização em nenhum caso, mas é surpreendente acerca de Strawson, visto 104 que o uso referencial é o que ele procura explicar e defender. Além do mais, na perspectiva de Strawson, o resultado de não haver nada que satisfaça a descrição é uma falha de referência⁹. Isso também, acredito, acaba por não ser verdade acerca do uso referencial das descrições definidas.

II

Existem alguns usos das descrições definidas que não carregam qualquer indício de um uso referencial nem qualquer pressuposto ou implicação de que alguma coisa satisfaz a descrição. Em geral, ao que parece, eles são reconhecíveis a partir da estrutura das sentenças

⁸ Aqui, e em outros lugares, eu uso a disjunção “pressupõe ou implica” para evitar tomar uma posição que me colocaria ao lado de Russell ou de Strawson acerca da questão de qual é a relação envolvida. Tomar uma posição aqui me colocaria fora do ponto principal, além de induzir em erro, uma vez que mais adiante argumentarei que pressuposto ou implicação surge de maneiras diferentes, dependendo do uso dado à descrição definida. Esse último ponto também é responsável por meu uso do indicador de vagueza “em algum sentido”.

⁹ Em uma nota de rodapé acrescentada à versão original de “On Referring” (*op. cit.*, p.181), Strawson parece defender que quando o pressuposto é falso, nós ainda temos sucesso em nos referir de um modo “secundário”, o que parece significar “como poderia ser dito para se referir a coisas ficcionais ou de faz de conta”. Mas a sua ideia é a de que ainda não poderíamos nos referir neste caso de modo “primário”. Isso, acredito, está errado. Para uma discussão dessa modificação da ideia de Strawson ver Charles C. Caton, “Strawson on Referring” *Mind*, LXVIII (1959), 539-544.

em que a descrição ocorre. Esses usos não nos interessam, mas é necessário apontá-los, mesmo que apenas para coloca-los de lado.

Um óbvio exemplo poderia ser a sentença “O atual rei da França não existe”, usado, por exemplo, para corrigir a impressão equivocada de alguém de que De Gaulle é o rei da França.

Uma situação ainda mais interessante é a seguinte. Suponha que alguém perguntasse: “De Gaulle é o rei da França?”. Essa é uma forma natural de usar as palavras para uma pessoa que está em dúvida se De Gaulle é o rei ou o presidente da França. Nesse cenário não parece haver nenhum pressuposto ou implicação de que alguém é o rei da França. Nem é uma tentativa da pessoa de se referir a alguém pelo uso da descrição definida. Por outro lado, inverta o nome e a descrição na pergunta e o falante provavelmente seria visto como pressupondo ou implicando um referente. “O rei da França é De Gaulle?”¹⁰ é a pergunta natural para alguém que pergunta se é De Gaulle em vez de alguma outra pessoa que ocupa o trono da França.

Muitas vezes, no entanto, a utilização de uma descrição definida carrega o pressuposto ou implicação de que alguma coisa satisfaz a descrição. Se descrições definidas possuem um papel referencial, ele ocorre aqui. Mas é um erro, acredito, tentar, como acredito tentaram Russell e Strawson, resolver essa questão sem detalhamento. O que é necessário, creio, é a distinção que agora vou discutir.

III

Chamarei os dois usos das descrições definidas que tenho em mente de uso atributivo e de uso referencial. Um falante que utiliza uma descrição definida atributivamente em uma asserção declara algo acerca de quem quer que seja ou o que quer que seja é isto ou aquilo. Um falante que utiliza uma descrição definida referencialmente em uma afirmação, por outro lado, utiliza a descrição para possibilitar a audiência a identificar sobre quem ou o que ele está falando e para declarar algo acerca dessa pessoa ou coisa. No primeiro caso, a descrição definida ocorre essencialmente, pois o falante deseja afirmar algo sobre o que ou quem satisfaz essa descrição; mas, no uso referencial, a descrição definida é meramente uma ferramenta para realizar certa tarefa - chamar a atenção para uma pessoa ou coisa - e em geral qualquer outro dispositivo faria o mesmo trabalho, uma outra descrição ou um nome.

¹⁰ Essa é uma adaptação de um exemplo (usado para um propósito um pouco diferente) dado por Leonard Linsky em “Reference and Referents”, em *Philosophy and Ordinary Language*, p.80.

No uso atributivo, o atributo de ser exatamente isto ou aquilo é de todo importante, enquanto que no uso referencial, não.

Para ilustrar essa distinção, no caso de uma única sentença, considere a sentença “O assassino de Smith é insano”. Suponha, inicialmente, que nos deparamos com o pobre Smith brutalmente assassinado. A partir da brutalidade de sua morte e do fato de Smith ser a pessoa mais amável do mundo, poderíamos exclamar “O assassino de Smith é insano”. Assumirei, para torna-lo um caso mais simples, que, em um sentido bastante comum, não sabemos quem assassinou Smith (embora isso não seja, ao final, essencial para o caso). Isso é um uso atributivo da descrição definida.

O contraste com tal utilização da sentença é uma daquelas situações em que nós esperamos e pretendemos que nossa audiência perceba quem temos em mente quando falamos do assassino de Smith e, ainda mais importante, saiba que é essa pessoa sobre quem vamos dizer alguma coisa.

Por exemplo, suponha que Jones tenha sido acusado do assassinato de Smith e tenha sido levado a julgamento. Imagine que há uma discussão acerca do estranho comportamento de Jones no seu julgamento. Podemos resumir nossa impressão sobre seu comportamento dizendo “O assassino de Smith é insano”. Se alguém nos perguntar a quem estamos nos referindo, usando essa descrição, a resposta aqui é “Jones”. Isso é um uso referencial da descrição definida.

 106

Que esses dois usos da descrição definida em uma mesma sentença são realmente muito diferentes pode talvez ser melhor evidenciado considerando as consequências do pressuposto de que não existiu um assassino de Smith (por exemplo, na verdade ele cometeu suicídio). Em ambas as situações, na utilização da descrição definida “O assassino de Smith”, o falante em algum sentido pressupõe ou implica que há um assassino. Mas, na hipótese de que o pressuposto ou implicação é falso, há diferentes resultados para os dois usos. Em ambos os casos, usamos o predicado “é insano”; mas, no primeiro caso, se não há assassino, não há nenhuma pessoa a quem se poderia dizer corretamente que lhe atribuímos a insanidade. Tal pessoa poderia ser identificada (corretamente) apenas no caso de alguém satisfazer a descrição utilizada. Mas, no segundo caso, em que a descrição é simplesmente um meio para identificar a pessoa de quem queremos falar, é perfeitamente possível que a identificação seja bem-sucedida, mesmo que ninguém se enquadre na descrição que usamos.¹¹ Falávamos acerca de Jones, embora ele não seja de fato o assassino de Smith, e,

¹¹ Em “Reference and Referents” (pp. 74-75, 80), Linsky corretamente assinala que não há falha em se referir simplesmente porque a descrição usada, de fato, não satisfaz a nada (ou é satisfeita por mais de

na circunstancia imaginada, foi sobre seu comportamento que estávamos comentando. Jones poderia, por exemplo, nos acusar de dizer coisas falsas sobre ele ao chamá-lo de insano e não seria uma boa defesa alguém afirmar que nossa descrição “o assassino de Smith” não satisfaz a ele.

Além disso, é perfeitamente possível para nossa audiência saber a quem nos referimos na segunda situação, mesmo que ela não compartilhe nosso pressuposto. Uma pessoa que tenha escutado nosso comentário no contexto imaginado poderia saber que nós estávamos falando sobre Jones, mesmo que ela não achasse que Jones fosse culpado.

Generalizando a partir desse caso, creio que podemos dizer que existem dois usos de sentenças da forma “O ϕ é ψ ”. No primeiro caso, se nada é o ϕ , então nada foi dito ser ψ . No segundo, o fato de nada ser o ϕ não leva a essa consequência.

Com as mudanças adequadas, a mesma diferença em uso pode ser formulada para outros usos da linguagem além das asserções. Suponha que alguém esteja em uma festa e, vendo uma pessoa de boa aparência segurando uma taça de martíni, pergunte: “Quem é o homem bebendo martíni?” Mesmo verificado que a taça contém apenas água, fez-se, no entanto, uma pergunta sobre uma pessoa particular, uma pergunta que é possível ser respondida. Compare essa situação com a mesma pergunta sendo feita pelo presidente da Teetotalers Union¹². Ele acaba de ser informado de que há um homem bebendo um martíni na festa anual. Ele responde perguntando a seu informante: “Quem é o homem bebendo martíni?”. Ao fazer a pergunta, o presidente não tem nenhuma pessoa particular em mente sobre quem ele dirige a pergunta; se ninguém está bebendo martíni, se a informação é errada, nenhuma pessoa pode ser apontada como a pessoa sobre a qual foi feita uma pergunta. Ao contrário do primeiro caso, o atributo de ser o homem bebendo martíni é de todo importante, porque, se ninguém tem o atributo, a pergunta do presidente não tem uma resposta direta.

Isso ilustra também outra diferença entre o uso referencial e atributivo das descrições definidas. Em um caso, temos uma pergunta acerca de uma pessoa ou coisa particular, mesmo que ninguém satisfaça a descrição que usamos; no outro, isso não ocorre. Mas também, em um caso, nossa pergunta pode ser respondida; no outro, não. No uso referencial de uma descrição definida, podemos ter sucesso em escolher uma pessoa ou coisa para fazer

uma coisa). Desse modo, ele localiza uma das dificuldades da ideia de Strawson. Aqui, entretanto, eu uso esse fato sobre referência para fazer uma distinção, acredito, que ele não estabeleceu, entre dois usos das descrições definidas. Posteriormente discutirei a segunda passagem do artigo do Linsky.

¹² Teetotalers Union é uma associação criada na Inglaterra no século XIX que reúne pessoas que advogam a completa abstinência alcoólica. (NT)

uma pergunta, mesmo que a pessoa ou a coisa não satisfaça efetivamente a descrição; mas, no uso atributivo, se nada satisfaz a descrição, nenhuma resposta direta pode ser oferecida.

Essa diferença adicional é também ilustrada por comandos ou ordens contendo descrições definidas. Considere a ordem: “Traga-me o livro sobre a mesa”. Se “o livro sobre a mesa” está sendo utilizada referencialmente, é possível cumprir a ordem, mesmo que não haja nenhum livro sobre a mesa. Se, por exemplo, há um livro *ao lado* da mesa, embora não haja nenhum *sobre* ela, alguém poderia trazer o livro de volta e perguntar ao emissor da ordem se este é “o livro que você queria”. E talvez seja. Mas imagine que somos informados de que alguém colocou um livro sobre nossa valiosa mesa de antiquário, sobre a qual nada deveria ser colocado. A ordem “Traga-me o livro sobre a mesa” agora não pode ser cumprida, a menos que haja um livro que foi colocado sobre a mesa. Não há a possibilidade de se trazer de volta um livro que nunca esteve na mesa e tê-lo como aquele destinado para esse propósito, pois não há livro que nesse sentido tenha sido contemplado. No primeiro caso, a descrição definida foi um dispositivo para conseguir que outra pessoa pegasse o livro certo; se ela é capaz de pegar o livro certo, mesmo que o livro não satisfaça a descrição, ela ainda teve sucesso em seu propósito. No outro caso, não existe, antecipadamente, nenhum “livro certo”, exceto algum que satisfaça a descrição; o atributo de ser o livro sobre a mesa é essencial. Não só não existe nenhum livro sobre o qual foi emitida uma ordem se não há nenhum livro sobre a mesa, mas a própria ordem não pode ser cumprida. Quando uma descrição definida é usada atributivamente em um comando ou pergunta e nada satisfaz a descrição, o comando não pode ser cumprido e a pergunta não pode ser respondida. Isso sugere algumas consequências análogas para asserções contendo descrições definidas usadas atributivamente. Talvez o resultado análogo é que a asserção não seja nem verdadeira nem falsa. Essa é a perspectiva de Strawson do que acontece quando o pressuposto no uso de uma descrição definida é falso. Mas, se for assim, a perspectiva de Strawson não funciona para descrições definidas usadas referencialmente, mas para um uso completamente diferente, que tenho chamado de uso atributivo.

Tentei mostrar os dois usos das descrições definidas salientando as diferentes consequências da suposição de que nada satisfaz a descrição utilizada. Existem ainda outras diferenças. Uma é a seguinte: quando uma descrição definida é usada referencialmente, não somente existe em algum sentido um pressuposto ou uma implicação de que alguém ou alguma coisa satisfaz a descrição, como também é o caso no uso atributivo, mas existe um pressuposto bastante diferente: o falante pressupõe de algum *particular*, alguém ou alguma coisa, que ele satisfaz a descrição. Ao perguntar, por exemplo, “Quem é o homem bebendo

martíni?”, em que queríamos fazer uma pergunta sobre aquele homem ali, estamos pressupondo que aquele homem ali esteja bebendo martíni - e não apenas que *alguém* é um homem bebendo martíni. Quando dizemos, em um contexto em que fica claro que estamos nos referindo a Jones, “O assassino de Smith é insano”, estamos pressupondo que Jones é o assassino de Smith. Tal pressuposto não está presente no uso atributivo das descrições definidas. Existe, é claro, o pressuposto de que alguém *ou outra pessoa* cometeu o crime, mas o falante não pressupõe alguém em particular - Jones ou Robinson - que tenha cometido o delito. O que quero dizer com esse segundo tipo de pressuposto de que alguém ou algo em particular satisfaz a descrição - que está presente em um uso referencial, mas não em um uso atributivo - pode talvez ser visto com mais clareza considerando um membro da audiência do falante que acredita que Smith não tenha sido assassinado. No caso do uso referencial da descrição, “O assassino de Smith”, ele poderia acusar o falante de pressupor erradamente duas coisas: que alguém ou outra pessoa é o assassino e que também Jones é o assassino, pois, embora ele não acredite que Jones tenha praticado o ato, ele sabe que o falante está se referindo a Jones. Mas, no caso do uso atributivo, ele pode acusar o falante de ter apenas o primeiro pressuposto, menos específico. Ele não pode escolher alguma pessoa e alegar que o falante está pressupondo que essa pessoa é o assassino de Smith. Já os pressupostos mais particulares que encontramos nos usos referenciais, claramente não são os que podem ser atribuídos a uma descrição definida em alguma sentença particular independentemente de um contexto de uso. A fim de saber se uma pessoa pressupõe que Jones é o assassino de Smith usando a sentença “O assassino de Smith é insano”, temos de saber se ela está usando a descrição referencialmente e também a quem ela está se referindo. A sentença por si mesma não nos diz nada disso.

IV

Pela maneira como estabeleci cada um dos exemplos anteriores, poder-se-ia supor que a diferença importante entre o uso referencial e o uso atributivo esteja nas crenças do falante. Ele acredita em alguma pessoa ou coisa em particular que satisfaça a descrição usada? No assassinato de Smith, por exemplo, não houve no primeiro caso nenhuma crença sobre quem praticou o ato, enquanto que no caso contrastante, se acreditava que Jones o tivesse praticado. Mas essa não é, de fato, uma diferença essencial. É possível que uma descrição definida seja usada atributivamente, mesmo que o falante (e sua audiência) acredite que uma determinada pessoa ou coisa satisfaça a descrição. E é possível que uma descrição definida seja usada referencialmente quando o falante acredita que nada satisfaça a

descrição. É verdade - e é por isso que, por simplicidade, estabeleci os exemplos da maneira que fiz - que se um falante não acredita que alguma coisa satisfaz a descrição ou não acredita que tenha condições de escolher o que satisfaz a descrição, é provável que ele não esteja usando referencialmente. Também é verdade que, se ele e sua audiência escolhessem alguma coisa ou pessoa em particular como satisfazendo à descrição, então o uso da descrição definida muito provavelmente seria referencial. Mas são apenas presunções, e não implicações.

Para usar o caso do assassinato de Smith novamente, suponha que Jones esteja em julgamento pelo assassinato e que eu e todos os outros acreditamos que ele seja culpado. Suponha que eu comente que o assassino de Smith é insano, mas em vez de apoiar a afirmação, como no exemplo usado anteriormente, citando o comportamento de Jones no banco dos réus, eu esboce razões para afirmar que *qualquer um* que tenha assassinado o pobre Smith dessa maneira particularmente horrível deve ser insano. Se acontecer de Jones ao final não ser o assassino, mas outra pessoa, acho que posso afirmar que estava certo se o verdadeiro assassino for de fato insano. Aqui, acho eu, usaria a descrição definida atributivamente, mesmo acreditando que uma pessoa em particular satisfaça a descrição.

Também é possível pensar em casos em que o falante não acredite que aquilo a que ele deseja se referir usando a descrição definida satisfaça a descrição, ou imaginar casos em que a descrição definida é usada referencialmente, mesmo que *nada* satisfaz a descrição. Certamente, esses casos podem ser parasitários de um uso mais normal; no entanto, eles são suficientes para mostrar que tais crenças do falante não são decisivas quanto ao uso que é feito de uma descrição definida.

Suponha que o trono esteja ocupado por um homem que acredito firmemente não ser o rei, mas um usurpador. Imagine também que seus seguidores acreditam firmemente que ele é o rei. Suponha que eu deseje ver esse homem. Eu poderia perguntar aos seus servos: "O rei está na sua contadoria?" Fui bem-sucedido em me referir ao homem a quem desejo me referir, mesmo sem acreditar que ele satisfaça a descrição. Não é nem mesmo necessário, além disso, supor que seus seguidores acreditem que ele seja o rei. Ainda que eles sejam cínicos o suficiente, que saibam que ele não é o rei, eu ainda posso ter sucesso em me referir ao homem a quem eu gostaria de me referir. Da mesma forma, nem eu nem as pessoas com quem falo precisamos supor que *alguém* é o rei e, finalmente, cada seção precisa saber que o outro também não supõe e, ainda assim, a referência ser bem-sucedida.

V

Tanto o uso atributivo quanto o referencial de descrições definidas parecem embutir o pressuposto ou implicação de que há algo que satisfaz a descrição. Mas as razões para a existência do pressuposto ou implicação são diferentes nos dois casos.

Há a presunção de que uma pessoa que usa uma descrição definida referencialmente acredita que aquilo a que ela deseja se referir satisfaz a descrição. Como o propósito de usar a descrição é fazer com que a audiência escolha a pessoa ou a coisa certa ou pense nela, normalmente essa pessoa escolheria uma descrição que ela achasse que julga satisfazer a coisa ou a pessoa. Normalmente, uma descrição equivocada daquilo a que se deseja se referir induziria a audiência ao erro. Portanto, há a presunção de que o falante acredita que algo satisfaz a descrição – a saber, aquilo a que ele se refere.

Quando uma descrição definida é usada atributivamente, porém, não há a mesma possibilidade de descrição incorreta. No exemplo do "assassino de Smith", usado atributivamente, não havia a possibilidade de descrever Jones ou qualquer outra pessoa incorretamente; não estávamos nos referindo a Jones nem a ninguém usando a descrição. A presunção de que o falante acredita que *alguém* é o assassino de Smith não surge aqui de uma presunção mais específica de que ele acredita que Jones, Robinson ou alguém mais além dele possa nomear ou identificar o assassino de Smith.

O pressuposto ou implicação é suportado por uma descrição definida usada atributivamente porque, se nada satisfaz a descrição o propósito linguístico do ato de fala será frustrado. Ou seja, o falante não conseguirá dizer algo verdadeiro, se fizer uma asserção; ele não conseguirá fazer uma pergunta que possa ser respondida se ele fizer uma pergunta; ele não conseguirá dar uma ordem que possa ser obedecida se tiver dado uma ordem. Se alguém afirma que o assassino de Smith é insano, quando Smith não tem assassino, e usa a descrição definida de forma não referencial, então falha-se em dizer algo *verdadeiro*. Se alguém emite a ordem "Traga-me o assassino de Smith" em circunstâncias semelhantes, a ordem não pode ser obedecida; nada garantiria que fosse obedecida.

Quando a descrição definida é usada referencialmente, por outro lado, o pressuposto ou implicação decorre simplesmente do fato de que normalmente a pessoa tenta descrever corretamente aquilo a que deseja se referir, porque normalmente essa é a melhor maneira de fazer com que sua audiência reconheça aquilo a que ela está se referindo. Como vimos, é possível que o propósito linguístico do ato de fala seja realizado em tal caso, mesmo que nada satisfaça a descrição; é possível dizer algo verdadeiro ou fazer uma pergunta que seja respondida ou emitir um comando que seja obedecido. Pois, quando a descrição definida é

usada referencialmente, a audiência pode ter sucesso em identificar aquilo a que ela se refere, mesmo que nem aquilo nem coisa alguma satisfaça a descrição.

VI

O resultado da última seção mostra algo errado com as teorias de Russell e Strawson, pois, embora tragam diferentes exposições da implicação ou pressuposto envolvido, cada uma delas se restringe apenas a um dos usos. Contudo, como argumentei, o pressuposto ou implicação está presente por uma razão completamente diferente, dependendo de como a descrição definida é usada, atributiva ou referencialmente, e exatamente quais pressupostos ou implicações estão envolvidos também é diferente. Além disso, nenhuma das teorias parece caracterizar corretamente o uso referencial. Em Russell, há uma implicação lógica: "O ϕ é ψ " implica "Existe um e apenas um ϕ ". De qualquer forma, seja ou não verdadeiro para o uso atributivo, não parece ser verdadeiro para uso referencial da descrição definida. A "implicação" de que alguma coisa é o ϕ , como tenho argumentado, não equivale a uma dedução; é mais como uma presunção baseada no que *normalmente* é verdade do uso de uma descrição definida para se referir. Em todo caso, é claro, a teoria de Russell não mostra - o que é verdadeiro no uso referencial - que a implicação de que algo é o ϕ vem da implicação mais específica de que o que está sendo referido é o ϕ . Portanto, como uma 112
 teoria de descrições definidas, a ideia de Russell parece se aplicar, no máximo, ao uso atributivo.

A definição de Russell de denotação (uma descrição definida denota uma entidade se essa entidade satisfaz a descrição unicamente) é claramente aplicável aos dois usos de descrições definidas. Assim, quer uma descrição definida seja usada referencial ou atributivamente, ela pode ter uma denotação. Desse modo, denotar e referir-se, da forma como expliquei a última noção, são distintas e a perspectiva de Russell reconhece apenas o primeiro. Parece-me, além disso, que esse é um bom resultado, que não se devem confundir denotar e referir-se. Se alguém tentou sustentar que elas são a mesma noção, um resultado seria que o falante poderia estar se referindo a algo sem conhecê-lo. Se alguém dissesse, por exemplo, em 1960, antes de saber que o sr. Goldwater seria o republicano escolhido em 1964, "O candidato republicano a presidente em 1964 será um conservador" (talvez com base em uma análise das opiniões dos líderes do partido), a descrição definida usada *denotaria* o sr. Goldwater. Mas diríamos que o falante se referiu ao Sr. Goldwater, o mencionou ou falou sobre ele? Sinto que esses termos estariam fora do lugar. No entanto, se identificarmos a referência e a denotação, deveria ser possível que, após a Convenção

republicana, o falante tenha se referido em 1960 ao sr. Goldwater, até então desconhecido para ele mesmo. Em minha opinião, no entanto, embora a descrição definida usada denotasse Goldwater (usando a definição de Russell), o falante a usou atributivamente e não *se referiu* ao sr. Goldwater.

Voltando à teoria de Strawson, ela propunha demonstrar como descrições definidas são referenciais. Mas vai muito longe nessa direção. Pois também há usos não referenciais de descrições definidas, mesmo ocorrendo em uma mesma sentença. Creio que a teoria de Strawson envolve as seguintes proposições:

(1) Se alguém afirma que o ϕ é ψ , ele não fez uma declaração verdadeira ou falsa se não houver ϕ ¹³

(2) Se não há ϕ , o falante não conseguiu se referir a nada.¹⁴

(3) A razão pela qual ele não afirmou nada de verdadeiro ou falso é que ele não foi bem-sucedido ao se referir.

Cada uma dessas proposições é falsa ou, na melhor das hipóteses, se aplica apenas a um dos dois usos de descrições definidas.

¹³ No artigo "A Reply to Mr. Sellars", *Philosophical Review*, LXIII (1954), 216-231, Strawson admite que nem sempre nos recusamos a atribuir a verdade ao que uma pessoa diz quando a descrição definida que usa não consegue satisfazer a nada (ou satisfaz a mais de uma coisa). Para citar um de seus exemplos, uma pessoa que dissesse: "A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos contém representantes de dois grandes partidos", teria dito algo verdadeiro mesmo que ele tivesse usado o título errado. Strawson acha que isso não constitui um problema para a sua teoria. Ele acredita que o que fazemos nesses casos, "onde a referência pretendida do falante é bastante clara, é simplesmente alterar sua afirmação de acordo com suas supostas intenções e avaliar a declaração alterada quanto à verdade ou falsidade; não estaríamos assim concedendo um valor de verdade à declaração original" (p. 230).

A noção de "declaração alterada", no entanto, não funciona. Podemos notar, em primeiro lugar, que o tipo de caso que Strawson tem em mente só surge quando a descrição definida é usada referencialmente. Pois a "alteração" é feita vendo a referência pretendida do falante. Mas isso só pode acontecer se o falante tiver uma referência pretendida, uma pessoa ou coisa em particular, independente da descrição usada. Os casos que Strawson tem em mente não são, presumivelmente, casos de imprecisões linguísticas ou similares; são casos em que uma descrição definida é usada porque o falante acredita, embora erradamente, que está descrevendo corretamente o que ele deseja se referir. Modificamos a declaração, supostamente, sabendo o que ele pretende referir. Mas que descrição deve ser usada na declaração alterada? No exemplo, talvez, poderíamos usar "O Congresso dos Estados Unidos". Mas essa descrição pode ser uma que o falante nem sequer aceitaria como descrevendo corretamente o que ele quer se referir, porque ele está mal informado sobre o título correto. Portanto, não se trata de decidir sobre o que o falante quis dizer em oposição ao que ele de fato disse, pois o falante não quis dizer "O Congresso dos Estados Unidos". Se é assim, então não há nenhum entrave para a declaração "alterada" conter qualquer descrição que faça a escolha correta do que o falante pretende se referir. Poderia ser, e.g., "A câmara baixa do Congresso dos Estados Unidos". Mas isso significa que não existe uma única afirmação "alterada" a ser avaliada pelo valor da verdade. E, de fato, deve agora ficar claro que a noção de declaração alterada realmente não desempenha nenhum papel. Pois, se chegamos à afirmação alterada apenas sabendo primeiro o que o falante pretendia referir, podemos avaliar a verdade do que ele disse simplesmente decidindo se o que ele pretendia referir tinha as propriedades que ele atribuía.

¹⁴ Como observado anteriormente (n. 9), Strawson permite que alguém possa ter se referido de um modo "secundário", mas, se estou correto, o fato de não haver nenhum ϕ não o proíbe de ter referido do mesmo modo que se existisse ϕ .

A proposição (1) é possivelmente verdadeira do uso atributivo. No exemplo em que "O assassino de Smith é insano" foi proferido quando o corpo de Smith foi primeiro descoberto, um uso atributivo da descrição definida, não havia nenhuma pessoa a quem o falante se referisse. Se Smith não tivesse um assassino, nada de verdadeiro teria sido dito. É bastante tentador concluir, seguindo Strawson, que nada de verdadeiro *ou* falso foi dito. Mas, quando a descrição definida é usada referencialmente, algo verdadeiro pode muito bem ter sido dito. É possível que algo verdadeiro fosse dito da pessoa ou coisa referida.¹⁵

A proposição (2) é, como vimos, simplesmente falsa. Quando uma descrição definida é usada referencialmente, é perfeitamente possível se referir a algo que não satisfaz a descrição utilizada.

A situação com a proposição (3) é um pouco mais complicada. Ela une, na visão de Strawson, as duas vertentes dadas em (1) e (2). A explicação é que, quando a pressuposição é falsa, nada verdadeiro ou falso é afirmado; claramente, isso não funciona para o uso atributivo das descrições definidas, pois a razão fornecida é a falha referencial. Mas ele não explica por que, se isso de fato procede, um falante usando uma descrição definida atributivamente não consegue dizer nada verdadeiro ou falso, se nada satisfaz a descrição. Ela levanta, porém, uma questão sobre o uso referencial. Pode a referência falhar quando uma descrição definida é usada referencialmente?

 114

Eu consigo me referir meramente porque minha audiência não escolhe corretamente aquilo a que eu estou me referindo. Eu posso estar me referindo a um homem em particular quando eu uso a descrição "O homem bebendo um martíni ", mesmo que as pessoas a quem falo não consigam escolher a pessoa certa ou qualquer outra pessoa. Nem, como enfatizamos, falho em me referir quando nada satisfaz a descrição. Mas talvez eu não consiga me referir em algumas circunstâncias extremas, quando não há nada a que *eu* esteja disposto escolher como aquilo a que me referi.

Suponha que pense ver a certa distância um homem caminhando e pergunte: "O homem carregando uma bengala é o professor de história?" Talvez devêssemos distinguir quatro casos. (a) Há um homem carregando uma bengala; então me referi a uma pessoa e fiz uma pergunta sobre ela que pode ser respondida se minha audiência possui a informação. (b) Aquele homem não está com uma bengala, mas com um guarda-chuva; eu ainda me referi a alguém e fiz uma pergunta que pode ser respondida, embora a audiência possa corrigir minha impressão aparentemente equivocada se vir que é um guarda-chuva e não uma

¹⁵ Para uma discussão mais detalhada da noção de afirmar algo verdadeiro *de* alguém ou alguma coisa, veja a seção VIII.

bengala. (c) Não é um homem de modo algum, mas uma rocha que se parece com um homem; nesse caso, acho que ainda me referi a algo, àquela coisa que é uma rocha, mas que tomei por ser um homem. Mas nesse caso não está claro se minha pergunta pode ser respondida corretamente. Isso, creio eu, não ocorre porque eu não tenho me referido, mas sim porque, dada a verdadeira natureza daquilo a que me referi, a minha pergunta não é apropriada. Responder simplesmente "Não, isso não é o professor de história" é um pouco frustrante se dito por alguém que percebeu que eu confundi uma rocha com uma pessoa. Por conseguinte, é plausível concluir que, nesse caso, não fiz uma pergunta que permita uma resposta correta. Mas, se isso é verdade, não é porque nada satisfaz a descrição que usei, mas sim porque aquilo a que eu me referi é uma rocha e minha pergunta não tem resposta correta quando feita acerca de uma rocha. (d) Finalmente, há o caso em que não há absolutamente nada onde eu pensei que havia um homem com uma bengala. E talvez aqui tenhamos em absoluto uma verdadeira falha em nos referir, mesmo que a descrição tenha sido usada com o propósito de nos referir. Não há nenhuma rocha, nem qualquer outra coisa, a que eu quisesse me referir. Ocorreu, talvez, um jogo de luz que me fez pensar que havia um homem ali. Não posso dizer do nada simplesmente "Isto é aquilo a que eu estava me referindo, embora eu agora veja que não é um homem carregando uma bengala." Essa falha de referência, contudo, requer circunstâncias muito mais radicais do que a mera não existência de qualquer coisa que se enquadre na descrição usada. Exige que não haja nada do se possa dizer "Isto é aquilo a que ele estava se referindo." Talvez, em tais casos, se o falante tiver afirmado alguma coisa, ele terá falhado em declarar qualquer coisa verdadeira ou falsa se não houver nada que possa ser identificado como aquilo a que se referiu. Mas, se assim for, o fracasso de referência e de valor de verdade não ocorre simplesmente porque nada se encaixa na descrição que usou. Assim, (3) pode ser verdade em alguns casos do uso referencial de descrições definidas. Pode ser verdade que uma falha de referência resulte em uma falta de valor de verdade. Mas esses casos são de um tipo muito mais extremo do que a teoria de Strawson sugere.

Concluo, então, que nem a teoria de Russell nem a de Strawson representam corretamente o uso de descrições definidas: a de Russell porque ignora completamente o uso referencial, a de Strawson porque não faz a distinção entre o referencial e o atributivo e mistura verdades sobre cada um (junto com algumas coisas que são falsas).

VII

Não parece ser possível dizer categoricamente de uma descrição definida em determinada sentença que ela é uma expressão referencial (é claro, seria possível se

houvesse a intenção de que ela *poderia* ser usada para se referir). Em geral, uma descrição definida, independente se usada referencial ou atributivamente, é uma função das intenções do falante em um caso particular. "O assassino de Smith" pode ser usado de qualquer maneira na frase "O assassino de Smith é insano". Também não parece plausível dar conta disso apelando para uma ambiguidade na sentença. A estrutura gramatical da sentença me parece ser a mesma, tanto se a descrição é usada referencial como atributivamente, isto é, a sentença não é sintaticamente ambígua. Também não parece nada atraente supor uma ambiguidade no significado das palavras; não parece haver ambiguidade semântica. (Talvez pudéssemos dizer que a sentença é pragmaticamente ambígua: a distinção entre os papéis que a descrição desempenha é uma função das intenções do falante.) Essas afirmações, claro, são intuições; não tenho um argumento para essas conclusões. No entanto, o ônus da prova está certamente do outro lado.

Isso, acredito, significa que a hipótese, por exemplo, de que as sentenças podem ser divididas em predicados, operadores lógicos e expressões de referência não é geralmente verdadeira. No caso de descrições definidas, não se pode sempre atribuir a função referencial independente da ocasião particular em que ela é usada.

Pode haver sentenças nas quais uma descrição definida pode ser usada só atributivamente ou só referencialmente. Uma sentença em que parece que a descrição definida pode ser usada apenas atributivamente seria "Observe o homem que está bebendo meu martíni". Tenho dúvidas de que alguma sentença possa ser encontrada cuja descrição definida seja usada apenas referencialmente. Mesmo se houver tais frases, isso não elimina o fato de que há muitas sentenças, aparentemente não ambíguas, tanto sintática como semanticamente, contendo descrições definidas que podem ser usadas de ambas as maneiras.

Se se pudesse ser mostrado que o uso duplo de descrições definidas pode ser explicado pela presença de uma ambiguidade, ainda assim há um ponto a ser feito contra as teorias de Strawson e Russell. Nenhuma delas, até onde posso ver, tem algo a dizer sobre a possibilidade de tal ambiguidade e, de fato, nem parecem compatíveis com tal possibilidade. A de Russell não reconhece a possibilidade do uso referencial, e a de Strawson, como tentei mostrar na última seção, combina elementos de cada uso em uma explicação única. Assim, a visão de que há uma ambiguidade nessas sentenças não parece muito atraente para essas posições.

VIII

Ao usar uma descrição definida referencialmente, um falante pode dizer algo verdadeiro, mesmo que a descrição não satisfaça corretamente a nada. O sentido de dizer algo verdadeiro é o sentido de dizer algo verdadeiro sobre alguém ou algo. Esse sentido é, penso eu, algo interessante que precisa ser investigado. Isolar os problemas é um dos subprodutos da distinção entre os usos atributivos e referenciais de descrições definidas.

Por um lado, ele levanta questões sobre a própria noção de afirmação. Isso vem à tona por uma passagem de um artigo de Leonard Linsky em que ele traz justamente a questão de que é possível se referir a alguém, embora a descrição definida usada não descreva corretamente a pessoa:

... dito de uma solteirona que "Seu marido é gentil com ela" não é nem verdadeira nem falsa. Mas um falante pode estar muito bem se referindo a alguém usando essas palavras, pois pode pensar que esse alguém é o marido da dama (que, na verdade, é uma solteirona). Ainda assim, a afirmação não é nem verdadeira nem falsa, pois pressupõe que a dama tenha um marido, o que de fato não ocorre. Esse último ponto refuta a tese de Strawson de que, se o pressuposto da existência não é satisfeito, o falante não é bem-sucedido em se referir.¹⁶

Há muita coisa correta nessa passagem. Mas, como Linsky não faz a distinção entre os usos referencial e atributivo de descrições definidas, ela não traz uma descrição totalmente adequada da situação. Um ponto, menor talvez, sobre essa passagem é que Linsky aparentemente pensa que bastaria, para estabelecer que o falante em seu exemplo estivesse se referindo a alguém usando a descrição definida "seu marido", que ele *acreditasse* que alguém é seu marido. Isso está próximo da verdade apenas no caso de o "alguém" na descrição da crença significar "alguém em particular" e não apenas o quantificador existencial, "existe alguém ou outra pessoa". Pois, tanto no uso atributivo como no referencial, a crença de que alguém *ou um outro* é o marido da senhora está muito provavelmente presente. Se, por exemplo, o falante acaba de conhecer a dama e, percebendo a alegria e a boa saúde radiante dela, expõe sua convicção de que esses atributos são sempre o resultado de ter bons maridos, ele usaria a descrição definida atributivamente. Como ela não tem marido, não há ninguém para escolher como a pessoa a quem ele estava se referindo. No entanto, o falante acreditava que *alguém ou outra pessoa* era marido dela. Por outro lado, se o uso de "seu marido" era simplesmente uma maneira de se referir a um

¹⁶ "Reference and Referents", p. 80. Deve ficar claro que concordo com Linsky que um falante pode se referir mesmo que o "pressuposto da existência" não esteja satisfeito. E vejo isso como uma objeção à ideia de Strawson. Penso, entretanto, que esse ponto, entre outros, pode ser usado para definir dois usos distintos de descrições definidas, o que, por sua vez, produz uma crítica mais ampla a Strawson. Assim, enquanto eu desenvolvo aqui um ponto de diferença, que cresce a partir da distinção que quero fazer, eu me vejo de acordo com grande parte do artigo de Linsky.

homem que o falante acabara de conhecer e que ele presumiu ser o marido da dama, ele teria se referido a esse homem, embora nem ele nem qualquer outra pessoa satisfizesse a descrição. Acho que é provável que, nessa passagem, Linsky tenha entendido por “alguém”, em sua descrição da crença, “alguém em particular”. Mas mesmo assim, como vimos, não temos nem condição suficiente nem condição necessária para um uso referencial da descrição definida. Uma descrição definida pode ser usada atributivamente, mesmo quando o falante acredita que alguma coisa ou pessoa particular satisfaz a descrição, e pode ser usado referencialmente na ausência dessa crença.

No entanto, meu ponto principal tem a ver com a ideia de Linsky de que, como o pressuposto não é satisfeito, a *afirmação* não é nem verdadeira nem falsa. Isso me parece possivelmente correto *se* a descrição definida é pensada como sendo usada atributivamente (dependendo se acompanhamos Strawson ou Russell). Mas quando a consideramos usada referencialmente, não é evidente que essa asserção categórica esteja correta. Pois o homem a quem o falante se referiu, pode de fato ter sido amável com a solteirona; o falante pode ter dito algo verdadeiro sobre esse homem. A dificuldade está na noção de “afirmação”. Suponha que sabemos que a dama é uma solteirona, mas sabemos que o homem a quem se refere o falante é gentil com ela. Parece-me que devíamos, por um lado, afirmar que o falante disse alguma coisa verdadeira, mas ser relutante em expressar esse fato com “É verdade que seu marido é gentil com ela”.

Isso mostra, penso eu, uma dificuldade em falar simplesmente sobre “a afirmação” quando descrições definidas são usadas referencialmente. Pois o falante disse algo, nesse exemplo, sobre uma pessoa em particular, e podemos supor verdadeira essa sua afirmação. No entanto, não gostaríamos de concordar com sua afirmação usando a sentença que ele usou; não gostaríamos de identificar a verdadeira afirmação por meio das palavras do falante. A razão para isso não é tão difícil de encontrar. Se dissermos, neste exemplo, “É verdade que seu marido é gentil com ela”, *nós* estamos agora usando a descrição definida, ou atributivamente ou referencialmente. Mas não devíamos subscrever o que o falante original realmente disse se usamos a descrição atributivamente, pois era somente em sua função como se referindo a uma pessoa em particular que a descrição definida produz a possibilidade de dizer algo verdadeiro (já que a dama não tem marido). Nossa relutância, contudo, em endossar a afirmação do falante original, usando a descrição definida referencialmente para se referir à mesma pessoa, resulta de considerações completamente diferentes. Pois, se também estivéssemos trabalhando sob a crença equivocada de que esse homem era o marido da senhora, poderíamos concordar com o falante original usando

exatamente suas palavras. (Além disso, como vimos, é possível usar deliberadamente uma descrição definida para nos referirmos a alguém que acreditamos não satisfazer a descrição.) Portanto, nossa relutância em usar as palavras do falante original não decorre do fato de que, se nós o fizéssemos, não teríamos conseguido declarar algo como verdadeiro ou falso. Decorre mais do fato de que, quando uma descrição definida é usada referencialmente, há uma presunção de que o falante acredita que aquilo a que ele se refere satisfaz a descrição. Uma vez que nós, conhecendo a senhora como solteirona, normalmente não queremos dar a impressão de que acreditamos no contrário, não gostaríamos de usar a maneira do falante original de se referir ao homem em questão.

Como então expressaríamos um acordo com o falante original sem nos envolvermos em impressões indesejadas sobre nossas crenças? A resposta mostra outra diferença entre os usos referencial e atributivo de descrições definidas e traz um ponto importante sobre o genuíno referir-se.

Quando um falante diz: "O ϕ é ψ ", em que "o ϕ " é usado atributivamente, se não houver nenhum ϕ , não podemos corretamente afirmar que o falante tenha dito *desta* ou *daquela* pessoa ou coisa que ela é ψ . Mas, se a descrição definida é usada referencialmente, podemos afirmar que o falante tenha atribuído ψ a alguma coisa. E nós podemos nos referir 119 ao que o falante mencionou, usando qualquer descrição ou nome adequado a nosso propósito. Assim, se um falante diz: "Seu marido é gentil com ela", referindo-se ao homem sobre quem ele estava comentando, e, se esse homem for Jones, podemos dizer como tendo afirmado *de Jones* que ele é gentil com ela. Se Jones for também o diretor da faculdade, podemos reproduzir o falante como tendo dito *do diretor da faculdade* que ele é gentil com ela. E, finalmente, se estamos conversando com Jones, podemos dizer, referindo-se ao falante original: "Ele disse de você que *você* é gentil com ela". Não importa se a mulher tem um marido ou se, caso tenha, Jones é seu marido. Se o falante original se referiu a Jones, ele disse que ele é gentil com ela. Assim, quando a descrição definida é usada referencialmente, mas não satisfaz ao que foi referido, podemos reproduzir o que um falante disse e concordar com ele usando uma descrição ou nome que satisfaça. Ao fazê-lo não precisamos, é importante notar, escolher uma descrição ou um nome com o qual o falante original concordasse que satisfaria aquilo a que ele se referia. Ou seja, podemos reproduzir o falante no caso acima como tendo afirmado verdadeiramente de Jones que ele é gentil com ela, mesmo se o falante original não soubesse que o homem a quem ele estava se referindo é chamado Jones ou mesmo se ele pensasse que seu nome não fosse Jones.

Voltando ao que Linsky disse na passagem citada, ele alegou que, se alguém dissesse "Seu marido é gentil com ela", quando ela não tem marido, *a afirmação* não seria nem verdadeira nem falsa. Como eu disse, essa é uma visão provável de manter se a descrição definida está sendo usada atributivamente. Mas, se está sendo usada referencialmente, não está claro o que se entende por "*a afirmação*". Se pensarmos sobre o que o falante disse sobre a pessoa a quem se referia, então não há razão para supor que não tenha dito algo verdadeiro ou falso sobre ele, mesmo que não seja o marido da dama. E a afirmação de Linsky estaria errada. Por outro lado, se não identificamos a afirmação dessa forma, qual é a afirmação feita pelo falante? Dizer que a afirmação feita foi que seu marido é gentil com ela nos coloca em dificuldades. Pois temos que decidir se, usando a descrição definida para identificação da afirmação, a estamos usando atributiva ou referencialmente. No primeiro caso, estaríamos deturpando o desempenho linguístico do falante; no último, estaríamos nos referindo a alguém e afirmando que o falante ter dito algo dessa pessoa, e estaríamos de volta à possibilidade de que ele disse algo verdadeiro ou falso da pessoa.

Sou levado assim a concluir que, quando um falante usa uma descrição definida referencialmente, ele pode ter afirmado algo verdadeiro ou falso, mesmo que nada satisfaça a descrição e que não haja um sentido claro de que a afirmação feita por ele não seja verdadeira nem falsa.

 120

IX

Quero terminar com um breve exame de uma imagem do que seria uma expressão referencial genuína derivada dos pontos de vista de Russell. Quero sugerir que essa imagem não está tão errada quanto se poderia supor e, por mais estranho que isso possa parecer, algumas das coisas que dissemos sobre o uso referencial de descrições definidas não são estranhas a essa imagem.

Os nomes próprios genuínos, no sentido de Russell, se referem a algo sem atribuir quaisquer propriedades a ele. Poder-se-ia dizer que se referem à coisa em si, e não simplesmente à coisa na medida em que ela cai sob uma certa descrição.¹⁷ Mas, para Russell, isso seria algo que uma descrição definida não poderia fazer, pois ele assumiu que, se descrições definidas fossem capazes de se referirem, só se refeririam a algo na medida em que aquela coisa satisfizesse a descrição. Não vimos apenas que essa suposição é falsa, mas vimos algo mais na última seção. Vimos que, quando uma descrição definida é usada referencialmente, um falante pode ter sua fala reproduzida como tendo dito algo *de* alguma

¹⁷ Cf. "The Philosophy of Logical Atomism," reimpresso em *Logic and Knowledge*, p. 200.

coisa. E, ao reproduzir o que de que ele disse alguma coisa, não estamos restritos à descrição que ele usou, ou a sinônimos dela, podemos nós mesmos nos referir a ele usando qualquer descrição, nomes e assim por diante, que fará o mesmo trabalho. Isso parece dar um sentido a nossa preocupação com a coisa em si e não apenas a coisa sob certa descrição, quando reproduzimos o ato linguístico de um falante usando uma descrição definida referencialmente. Ou seja, tal descrição definida se aproxima da função dos nomes próprios de Russell mais do que ele mesmo supôs.

Em segundo lugar, Russell pensava, creio eu, que sempre que usamos descrições, em oposição aos nomes próprios, introduzimos um elemento de generalidade que deveria estar ausente se o que estamos fazendo estiver se referindo a alguma coisa particular. Isso é claro a partir de sua análise de sentenças contendo descrições definidas. Uma das conclusões que devemos extrair dessa análise é que tais sentenças expressam o que são, na realidade, proposições completamente gerais: há um e apenas um ϕ que é ψ e qualquer ϕ é ψ . Podemos colocar isso de uma maneira um pouco diferente. Se há algo que possa ser identificado como referência aqui, é referência em um sentido muito fraco - ou seja, referência a *qualquer que seja* aquele e somente aquele ϕ , se houver algum. Isso é algo que poderíamos dizer sobre o uso atributivo de descrições definidas, como ficou evidente a partir da discussão anterior. Mas essa falta de particularidade está ausente no uso referencial de descrições definidas, precisamente porque a descrição é, nesse caso, meramente um dispositivo para fazer com que a audiência escolha ou pense na coisa a ser falada, um dispositivo que pode servir a sua função, mesmo que a descrição esteja incorreta. Mais importante talvez, no uso referencial em oposição ao atributivo, é que há uma coisa *certa* a ser escolhida pela audiência, e ser a coisa certa não é simplesmente uma função de satisfazer a descrição.

 121

KEITH S. DONNELLAN

Cornell University

Bibliografia¹⁸

1. Caton, Charles C.: **Strawson on Referring**. *Mind*, LXVIII, 539-544. (Oct., 1959).

¹⁸ Donnellan traz suas indicações bibliográficas ao longo do texto. Repetimo-las na bibliografia final, que também traz os textos originais utilizados pelos tradutores, junto com suas traduções em português.

2. Donnellan, Keith: **Essays on Reference, Language, and Mind**. (2012) Editado por Joseph Almog e Paolo Leonardi. OUP, New York. p. xiii.
3. Donnellan, Keith: **Reference and Definite Descriptions**. *Philosophical Review*, vol. 75, No. 3. (Jul., 1966) pp. 281-304.
4. Kripke, S.: **Naming and Necessity**. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, 1972.
5. Kripke, S.: **O nomear e a necessidade**. Gradiva. 2012.
6. Linsky, Leonard: **Reference and Referents**, em *Philosophy and Ordinary Language*, p.80
7. Russell, Bertrand: **Da denotação**. In: Coleção os Pensadores, Vol. XLII. pp. 9-20 (1ª ed.1974) São Paulo: Abril Cultural. Tradução: Pablo Ruben Mariconda.
8. Russell, Bertrand: **On Denoting**. in em MARSH, R. (ed). **Logic and Knowledge**. Routledge, London, 1956.
9. Russell, Bertrand: **On Denoting**. *Mind*, New Series, Vol. 14, No. 56. (Oct., 1905), pp. 479-493.
10. Russell, Bertrand: **The Philosophy of Logical Atomism**, in *Logic and Knowledge*, p. 200.
11. Strawson, Peter F.: **On Referring** in CATON, C. (ed). **Philosophy of Ordinary Language**. Urbana, 1963, pp. 162-163.
12. Strawson, Peter F.: **On Referring**. *Mind*, New Series, Vol. 59, No. 235. (Jul., 1950), pp. 320-344.
13. Strawson, Peter F.: **Sobre Referir**. in Coleção os Pensadores, Vol. LII. pp. 267-286 (1ª ed. 1974) São Paulo: Abril Cultural. Tradução: Balthazar Barbosa Filho.
14. Strawson, Peter F.: **A reply to Mr. Sellars**. *Philosophical Review* 63 (2):216-231, 1954.

Recebido em abril de 2017
Aceito em abril de 2017.